

vida mundial

N. 1888 20/5/1976
preço 15\$00

REG

FERNANDO ONETO:
quando morrer
é um aviso

**A CONQUISTA
DO PODER
PELO ENSINO**

**SÃ CARNEIRO
À "VM":
"hã que tomar
medidas
impopulares"**



PP. VM

energia com o exterior a ser negativo.

Os gastos do País com a energia eléctrica subiram vertiginosamente. Por um lado, é o petróleo que temos de importar para o funcionamento das centrais térmicas, chamadas agora a tentar preencher as necessidades colocadas pelo consumo, sem resposta por parte das barragens. Mas é também a importação directa de energia, já que as térmicas e a sua capacidade são insuficientes.

Face a uma situação caracterizada por uma produção insuficiente e pela recorrência à importação, como, aliás, sucede noutros ramos da produção nacional, é natural que suceda um aumento de preços. Para quando a tomada de decisões que promovam o tão necessário aumento da produção nacional de electricidade?

J.M.

desertores

60 CONTOS

"EM TROCA" DA GUERRA

A situação dos desertores das Forças Armadas, que deu muito que falar logo nas primeiras semanas após o 25 de Abril, volta a estar na ordem do dia. A maioria deles recusa-se a pagar os 60 contos que a lei lhes exige para ficarem com a situação militar regularizada.

Um grupo de desertores das Forças Armadas, exilados em França e nou-

tros países da Europa Ocidental, reuniu-se há dias em Paris e formou aquilo a que chamaram "Comissão Provisória para a Abolição das Sanções aos Desertores, Refractários e Compelidos da Guerra Colonial".

Que pretende esta comissão? Em síntese, a revogação do Decreto-Lei número 656-75, do Conselho da Revolução, que visa regularizar a sua situação — mas que muitos deles não acei-

(Continua na pág. 64)



Mário Soares PAUSA PARA ASSINAR

Mário Soares, secretário-geral do PS e provável futuro Primeiro-Ministro, fez uma pausa na sua intensa actividade política dos últimos dias para se dedicar a uma tarefa "literária": assinar exemplares do seu último livro — "Portugal: Que Revolução?" —, escrito em

colaboração com o jornalista francês Dominique Pouchin.

"Portugal: Que Revolução?" vendeu uma média de dois exemplares por minuto nas primeiras três horas após o seu lançamento público, na livraria Sá da Costa. Mário Soares assinaria depois centenas de volumes seus, desta e outras obras

(incluindo exemplares da última "Vida Mundial", que inseria a sua entrevista).

As dedicatórias oscilaram entre uma para um bebé, mas que, segundo o pai, será um jovem socialista daqui a quinze anos e outra, dada a um simpatizante que insistiu em ser tratado por "camarada padre". Cansado, rodeado por público entusiasta, o dirigente do PS teria a acompanhá-lo alguns camaradas e, ao encerrar o período de autógrafos, a mulher e filha.

"Normal, pois que o livro interessa de certa maneira o público", foi como Mário Soares traduziu a jornada de autógrafos vivida em maratona. "Simpatia pelo escritor...", arriscou. E acrescentou:... que "talvez tenha mais vocação para escritor que para político". Político, é-o "à força".

Neste "Portugal: Que Revolução?", dizia-se que teria sucedido uma truncagem no livro por deficiência de gravação. Mário Soares esclareceu que "a conversa durou vários dias e deu 1200 páginas. Houve que condensá-las e corrigi-las, já que havia um acordo em que as perguntas e respostas não seriam alteradas, de parte a parte".

jornalista esperando pela publicação de uma notícia, enquanto 7 PSs, 4 PPDs, 3 CDSs, 3 PCs e 1 UDP fazem e desfazem alianças, a saber se lha publicam ou se é melhor instaurar-lhe um processo disciplinar por suspeita, revistar-lhe as gavetas, ouvir-lhe as gravações (talvez mesmo mandar passar-lhe uma busca a casa, já que voltou a estar na moda) e acabar por despedi-lo, considerando-o perigoso para o PREC (Processo Revolucionário Em Curso)... Podemos também convidar o leitor a fazer combinações e jogos de incógnitas, a ver todas as hipóteses de coligação que vão poder existir contra os trabalhadores da Imprensa (que a favor não serão, vindas de um projecto onde a primeira vez que se fala em "trabalhador" é para dizer que pode ser-lhe instaurado "procedimento disciplinar, se o Conselho da Informação entender que se comporta em termos de frontal desrespeito pela orientação geral definida pelo Conselho de Informação") e contra o povo leitor, que deixará de poder escolher entre vários jornais, prazer inocente que o sr. ministro Almeida Santos lhe regateia, enquanto permite a existência, por exemplo, de "Diário" e "A Rua"...

Para simplificar, ponhamos a questão deste modo, pese embora à sensibilidade dos partidos visados: PPD mais CDS igual a 7; PC mais UDP igual a 4 — o que torna difícil ao PS governar sozinho esta Imprensa conturbada. Assim, os olhos ficam assestados sobre o PS. Para que lado irá cair? Para a "maioria de esquerda", pensamos nós. O ministro Almeida Santos guardou o processo na gaveta até às eleições para Presidente da República. O ministro Almeida Santos tira-o da gaveta agora, quando, na maior parte da Imprensa estatizada, há direcções que apoiam o candidato por quem o PCP (a célebre "maioria de esquerda") mostra menos simpatia; quando o Conselho da Revolução e, sobretudo, um dos seus mais activos componentes, fazem pressões para fechar, como fascistas, jornais que têm posições democráticas e demonstram certo apoio a esse candidato (caso de "O Seculo-Hoje"). O ministro Almeida Santos nomeia as administrações novas, se o projecto for avante. (O "avante"; aqui, não é provocação.)

64 E para que o PS não se lembre, na luta

entre as linhas, de nomear para os jornais pessoas pouco convenientes, aqueles que se têm mostrado mais combativos a defender a democracia (por exemplo, no caso da busca à casa do antifascista Oneto) nos jornais, têm sido atacados e mesmo (caso Cunha Rego e Mário Mesquita) acusados de "utilizar um jornal estatizado" de forma censurável dado que, diz o acusador, conselheiro da Revolução, "para defender um seu administrador, calunia pessoas e divulga falsidades". O recado é claro, para que PS entenda.

Se os trabalhadores da Imprensa estatizada não se souberem unir e recusar esta aberração, resta-nos, portanto, encomendar a alma a Deus e esperar que ganhe a linha democrática do PS...

Enquanto este fica equilibrado no fiel da balança a criar "suspense", dado que, segundo comentou recentemente um dirigente ligado à Informação, "temos de pensar na solução deste problema, não só a curto mas a médio prazo, porque vai caber ao PS, no Governo, resolvê-lo e, também, em função do futuro ministro da Comunicação Social", os trabalhadores estão divididos. Embora o próprio autor do projecto reconheça que, economicamente, este não resolve nada e basta fazer contas para se chegar à triste conclusão que ouvimos por aí — "somos despedidos com dois meses de pré-aviso" —, a situação nos jornais estatizados é tão má que até este projecto pode fazer nascer uma certa esperança nos mais desanimados...

Esperança que a perderiam se se lembrassem que, na "solução" do caso "República", o facto de haver pessoal a mais foi considerado "justa causa para despedimento".

Há, depois, evidentemente, entre os trabalhadores, as naturais divergências políticas. Alguns existem que, se as contas de somar parecem favoráveis ao domínio pelo seu partido, aceitam o projecto sem outros protestos que os formais, esquecendo logo a tão falada "unidade, unidade" e os despedimentos que o projecto prepara para o sector. Outros pedem dilatações de prazo para ver, ponto por ponto, o que lhes convém. Mas a maioria — e nessa maioria, justiça lhes seja feita, estão os trabalhadores do PS — recusa, em globo, este projecto sinistro, como já recusou

o projecto Jesuíno, aliás quase igual (como o próprio ministro Almeida Santos reconhece, dizendo que o encontrou numa gaveta e o adaptou).

O certo é que muito terão de lutar os trabalhadores da Imprensa estatizada e a opinião democrática para que este projecto desapareça definitivamente e não esteja sempre a ser reeditado por ministros pressurosos. ■ D. A.

desertores

(Continuado da pág. 11)

tam, por considerarem injusto o facto de terem de pagar 60 contos para ficarem em igualdade de circunstâncias, perante a lei, com os que cumpriram o serviço militar ou ficaram dele isentos.

Para tal, vão lançar uma campanha de abaixo-assinados, que serão enviados ao Governo e ao Conselho da Revolução, protestando contra "a injustiça de que são alvo os desertores".

O decreto-lei em questão, que não foi contestado na altura da sua promulgação (poucos dias antes do 25 de Novembro), determina que os desertores paguem, durante 25 anos, uma taxa anual de 2400 ou de 1620 escudos, conforme os casos — o que soma um total de 60 ou 40 contos, respectivamente — enquanto os "adiados" ou isentos do serviço militar pagam normalmente, apenas 60 escudos por ano.

O problema não é tão simples como parece. Por um lado, os desertores afirmam ser incompreensível que após o 25 de Abril, que se fez para acabar com a guerra, eles sejam punidos por não terem querido participar nessa mesma guerra. Por outro lado, aqueles que andaram no "mato" ou, simplesmente, ficaram "de faxina" no quartel durante dois anos, pelo menos, não podem ver com bons olhos que as autoridades passem "uma esponja" sobre o passado militar daqueles que preferiram o exílio às agruras do "um, dois, esquerdo, direito".

Aparentemente, ambos têm razão. Mas quem decide é o Conselho da Revolução — e os conselheiros, quase todos, passaram pelo "mato". ■